

Três momentos na obra de Celso Furtado

Francisco Monticeli Valias Neto

Bolsista do Programa PET do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da
Universidade Federal de Alfenas.

Daniel do Val Cosentino

Professor do ICSA da Universidade Federal de Alfenas e Doutorando em História Econômica
pela USP.

Resumo

Este trabalho consiste na interpretação histórico-linear da evolução deste conceito dentro do horizonte de obras produzidas por Celso Furtado. Tentaremos mostrar que tal evolução nos permite dividir a obra de Furtado em três momentos: o primeiro momento, construído a partir de 1940, consiste em uma análise rigorosa para a constatação do subdesenvolvimento; o segundo momento, dos anos de 1950 a 1970, permite uma interpretação mais dinâmica da problemática do subdesenvolvimento, principalmente por abordar aspectos socioeconômicos e políticos; e o terceiro momento, a partir de 1980, consiste na introdução do fator cultural, enquanto determinante para o subdesenvolvimento. Esta fase é marcada pela desilusão do autor quanto a possibilidade de apenas fatores econômicos serem capazes de promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, em seus últimos trabalhos, Furtado dá grande importância e atenção à necessidade de transformações profundas no aspecto cultural e nos padrões de consumo da sociedade brasileira. A desilusão do autor é acompanhada da crise do pensamento desenvolvimentista, e de sua influência sobre a política econômica, e da, concomitante emergência da ideologia neo-liberal. Desta forma, a retomada das idéias de Celso Furtado é fundamental para reabilitar a discussão a respeito de um projeto nacional de desenvolvimento.

Palavras chaves: Celso Furtado, Teoria do Desenvolvimento, Subdesenvolvimento.

Área: 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico

Sub-área: 1.2. História do Pensamento Econômico

Três momentos na obra de Celso Furtado

Francisco Monticeli Valias Neto¹

Daniel do Val Cosentino²

O pensamento econômico brasileiro encontra seus primórdios em três obras chaves: *História econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen; *Formação do Brasil contemporâneo* (1945), de Caio Prado Junior; e *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado. Embora primordiais, nem Simonsen nem Caio Prado conseguiram alcançar a influência de Celso Furtado no pensamento econômico brasileiro. O clássico *Formação econômica do Brasil* “demarca a passagem do pensamento econômico brasileiro da pré-história para a história”. (Mantega, 1989:29)

Celso Furtado é de longe o maior expoente entre os economistas brasileiros de todos os tempos. Através de seu método analítico próprio - denominado por Bielschowsky (2000) “histórico-estrutural” - Furtado, nos seus mais de vinte livros, conseguiu construir de forma muito original, um desenho histórico da economia brasileira ilustrando suas limitações e potencialidades. Tal façanha lhe renderia, posteriormente, a enfática titulação feita por Francisco de Oliveira de: “demiurgo do Brasil”³.

O tema subdesenvolvimento é recorrente em quase todos seus escritos. De forma bem menos pretensiosa, o presente trabalho consiste na interpretação histórico-linear da evolução deste conceito dentro do horizonte de obras produzidas por este autor. Tentaremos mostrar que tal evolução nos permite dividir a obra de Furtado em três momentos: o primeiro momento, construído a partir de 1940, consiste em uma análise rigorosa para a constatação do subdesenvolvimento; o segundo momento, dos anos de 1950 a 1970, permite uma interpretação mais dinâmica da problemática do subdesenvolvimento, principalmente por abordar aspectos socioeconômicos e políticos; e o terceiro momento, a partir de 1980, consiste na introdução do fator cultural, enquanto determinante para o subdesenvolvimento.

¹ Bolsista do Programa PET do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas.

² Professor do ICSA da Universidade Federal de Alfenas e Doutorando em História Econômica pela USP.

³ Oliveira, Francisco de. “A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado”, São Paulo: Boitempo, 2003.

Podemos relacionar tal idéia a divisão adotada por Bielschowsky a respeito do que ele chamou de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”. Para o autor, o desenvolvimentismo teve quatro fases, o seu nascimento (1930-1945), a maturação (1945-1955), o auge (1955-1960) e a crise (1960-1964). Em outros trabalhos Bielschowsky amplia o ciclo desenvolvimentista para depois de 1964, caracterizando-o durante o período militar como “desenvolvimentismo autoritário”. Para Malta e outros (2010) o ciclo ideológico desenvolvimentista poderia se estender até 1989. De qualquer forma, interessa aqui ressaltar que há um processo em curso entre os anos de 1930-1989 de formação, auge e declínio do desenvolvimentismo no Brasil. Celso Furtado participa ativamente deste processo e sua obra o reflete de forma fundamental. Dito de outra forma trate-se de reconhecer que a obra de Celso Furtado espelha, em grande medida, a própria história do desenvolvimentismo no Brasil. Ressalta-se aqui que a crise do desenvolvimentismo para Bielschowsky, de certa forma, é a crise de um padrão de crescimento e organização da economia. Já para Furtado esta crise assume um caráter de desilusão e desesperança de que o desenvolvimentismo relacionado única e exclusivamente às transformações econômicas seria capaz de promover o desenvolvimento econômico nacional. Assim, seriam necessárias transformações profundas no aspecto cultural e nos padrões de consumo da sociedade brasileira.

A pretensão de dividir a obra em três momentos não se relaciona com uma particularização individual de cada fase de Furtado, não se pretende analisar separadamente cada momento, a fim de singularizar um aspecto específico isolado do tempo, pelo contrário, o objetivo central consiste na correlação das fases, de forma a ilustrar como se deu a evolução da teoria do subdesenvolvimento. A divisão metodológica enfatiza as influências teóricas, ou mesmo práticas, presenciadas em cada momento, assim, torna-se legítimo o argumento de que cada um destes momentos possui um ponto de inflexão (mudança teórica da problemática central analisada) que conduzirá tal evolução.

Trata-se de entender a evolução da teoria do subdesenvolvimento a partir da definição de uma problemática central que tangenciará cada fase. Assim, dividimos a obra de Furtado em três momentos, por constatar três problemáticas centrais que balizarão toda evolução da teoria do subdesenvolvimento. No primeiro momento, muito influenciado por sua formação acadêmica⁴ e pela inserção na Cepal, a problemática central na definição do

⁴ Sua tese de doutorado foi defendida em 1948 na Universidade de Paris com o título original: “L'Économie Coloniale Brésilienne”, recentemente o trabalho foi traduzido para o português e publicado com participação da ABPHE, “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII”, São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2000.

subdesenvolvimento firmou-se nos níveis de produtividade e na articulação dos setores na economia. Já no segundo momento, completamente inserido na Cepal e com argumentos bem mais sofisticados, a problemática consistia na compreensão da forma como a economia brasileira se comportou com a industrialização, principalmente na análise da difusão do progresso técnico. Finalmente, consideramos o terceiro momento como a fase de desilusão de Furtado, marcada por um reformismo radical, onde a questão do desenvolvimento não se restringe apenas ao campo da economia, atingindo principalmente o da sociologia: por definir a cultura como a problemática central do subdesenvolvimento. Trataremos dessas passagens ao longo de todo o texto.

Furtado inicia seus trabalhos na Cepal⁵ em 1949, sob a direção do argentino Raul Prebisch. Os dois seriam considerados como os grandes formuladores do estruturalismo cepalino. Naquele ano, Prebisch publicara a obra mestra do estruturalismo cepalino: *The economic development of Latin American* (1949), texto que fora posteriormente traduzido para o português pelo próprio Furtado: *Manifesto Latino-Americano* (1949). Grosso modo, o livro atentara para o falso senso de universalismo da teoria econômica disseminada pelos países desenvolvidos. A teoria econômica não pode ser uniforme em todas as economias, visto que cada país possui sua especificidade, sua história. O capitalismo por si é heterogêneo, por conseguinte as relações entre as economias nunca serão simétricas. Essa relação assimétrica ganharia o famoso termo cepalino “centro-periferia”.

Ao definir este conceito, Prebisch contradizia os hiperativos da harmonia e cooperação mundial tanto defendido pelos interpretes neoclássicos das Vantagens Comparativas⁶. Este princípio, criado pelo economista clássico David Ricardo, postulava que as trocas internacionais seriam sempre vantajosas mesmo em uma situação em que um determinado país tivesse maior produtividade que o outro na produção de todas as mercadorias. Assim, o comércio internacional sob condições de livre concorrência faria ambos os países especializarem-se na produção de bens em que tinham maiores vantagens comparativas, ou

⁵ Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que transformará na única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro mundo. Sobre a Cepal ver Bielschowsky, Ricardo, “Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL”, Rio de Janeiro: Record/Cofecon/Cepal, 2000.

⁶ Mantega, Guido, “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”. *Revista de Economia Política* (out-dez 1989). São Paulo, v. 9, 4 (36), pp. 29-37.

seja, menores custos de oportunidade.⁷ Essa seria a chave para interpretação do subdesenvolvimento que a Cepal teorizou.

A Teoria das Vantagens Comparativas só poderia ser colocada em prática na relação entre países com o mesmo grau de desenvolvimento. Muito se sabe que historicamente, os países que compunham esta “periferia” do capitalismo, por diversas razões, obteriam sua dinâmica e produtividade no setor dedicado aos produtos primário exportadores, em geral, na exportação de produtos agrícola. O subdesenvolvimento seria caracterizado e reiterado na relação de troca entre as matérias-primas, produzidas pela “periferia”, e os produtos manufaturados, produzidos pelo “centro”, pois na constatação de Prebisch haveria uma inexorável “deterioração dos termos de intercambio”, visto que existe uma constatação – feita por Hans Singer alguns anos anteriores – sobre a degradação secular dos preços dos produtos primários em relação aos manufaturados no mercado internacional, o que conduziria a “periferia” ao atraso e a miséria (Mantega, 1989). Em outras palavras, o mercado internacional propiciaria mecanismos de sucção do excedente produzido por estes países primários exportadores, configurando aquilo que Francisco de Oliveira (2003) chamou de “desvantagens reiterativas”.

Muito influenciado, neste momento, pela Cepal, Furtado iria trazer tal análise para caracterização do subdesenvolvimento brasileiro. Nas palavras de Mantega (1989:32):

“Coube a Furtado amadurecer essa teoria [da Cepal], dar-lhe consistência e encontrar sua feição mais acabada. Tratava-se de uma teoria pragmática diretamente voltada para ação e umbilicalmente vinculada ao momento histórico por que passava o Brasil e os principais países da America Latina no pós-guerra”.

No clássico *Formação Econômica do Brasil*, Furtado recorre a história para dar sentido e entender a formação do capitalismo no Brasil, bem como as condicionantes históricas do subdesenvolvimento. Analisando a economia brasileira desde os tempos coloniais, percebe a formação de um sistema econômico regionalmente desigual e muito dependente do mercado externos e suas flutuações. Na caracterização feita por Furtado, uma parte da economia brasileira se especializaria na produção de bens primários, em geral café, açúcar e minerais. Tal setor operaria em alto nível de produtividade, conseguindo adquirir

⁷Ver Ricardo, David. “Princípios de economia política e tributação”. (Os Economistas), São Paulo: Abril Cultural, 1983.

certo grau de modernidade, seria o setor moderno de práticas capitalista. Em contraste, outra parte da economia se preocuparia com as atividades de abastecimento interno, na produção de bens de subsistências, porém, este setor operaria em baixíssima produtividade com resquícios de maneiras pré-capitalistas de produção, seria a “pedra no sapato” da economia brasileira: o setor atrasado.

O subdesenvolvimento brasileiro seria caracterizado então por este dual-estruturalismo, ou seja, a coexistência de dois setores que além de possuírem disparidade de níveis de produtividade, não possuíam articulação entre si, na medida em que o setor atrasado por manter uma forma de produção pré-capitalista atua como inibidor na criação de um mercado interno. Nesta primeira definição, a problemática central encontra-se indissociável do economicismo cepalino, muito porque a essência da própria Cepal se caracterizava por proposições de medidas práticas para a superação do subdesenvolvimento e pela consideração de questões de cunho econômico *strictu sensus*. Assim, as soluções, propositalmente, sempre negligenciariam aspectos fora da economia, tornando a problemática ideologicamente direcionada.

Outro aspecto, constantemente encontrado em toda obra de Furtado é o uso da história na análise do subdesenvolvimento. O que se constata é que, enquanto as economias “periféricas” forem deixadas à mercê das leis naturais do mercado, o subdesenvolvimento, todavia, sempre será reiterado, pois este não se caracteriza como uma etapa em que todas as sociedades desenvolvidas passaram naturalmente – como teorizava W. Rostow, no seu livro *Stages of Economic Growth* (1960) – mas sim como um subproduto de um mesmo processo de desenvolvimento. Este embate teórico travado com Rostow resultaria no argumento chave de Furtado: os impasses do subdesenvolvimento nunca serão solucionados à moda liberal, pelo contrario, sempre será reiterado pelas leis de mercado, na “periferia” existe uma necessidade crescente de um projeto de desenvolvimento nacional, planejado pelo Estado, para superação do atraso.

Assim, Furtado não se limitava em apenas constatações de cunho teórico sobre o subdesenvolvimento, mais do que isso sua teoria pautava-se sempre em proposições de ações práticas para solução dos obstáculos impostos pelo subdesenvolvimento brasileiro. Trata-se então de solucionar o grande problema das disparidades dos níveis de produtividade, e ao mesmo tempo criar uma integração entre o setor moderno e o atrasado, de forma a

proporcionar dinâmica econômica no sistema produtivo como um todo. Fazendo referência a corrente desenvolvimentista nacionalista, definida por Bielschowsky (2000), em que o próprio Furtado figura como o líder, a única solução plausível seria a industrialização integral, mediante um planejamento estatal. Nas palavras de Bielschowsky (2000:6):

“(...) o desenvolvimento dos países periféricos pode ser entendido como um processo de homogeneização dos níveis de produtividade em todo sistema econômico (...) tal homogeneização só seria viável mediante um processo de industrialização”.

A industrialização integral era o remédio para o subdesenvolvimento brasileiro, na medida em que aumentaria a produtividade da economia inteira proporcionando vínculo entre os diferentes setores produtivos. Embora solucionados os problemas tipicamente econômicos, a industrialização para Furtado superaria o subdesenvolvimento, porque seria o primeiro passo para emancipação das influências exógenas. A idéia era criar uma identidade de desenvolvimento próprio, um projeto nacional que atendesse as especificidades brasileiras. Neste aspecto as palavras de Furtado, em *A pré-Revolução Brasileira* (1962), deixam clara esperança desenvolvimentista na industrialização:

“Ao iniciar-se o decênio dos sessenta, já se podia afirmar que o impulso de crescimento da economia nacional se firmava em nosso próprio mercado interno e que seu centro de decisões tinha suas raízes na vida nacional, como também estávamos capacitados para efetivar uma política de desenvolvimento. (...) Trinta anos de profundas transformações fizeram de uma simples constelação de economias periféricas do mercado mundial, com a dinâmica típica de um sistema colonial, uma economia industrial cujo processo de crescimento se traduz em diferenciação crescente, a níveis mais altos de produtividade, de uma estrutura cada vez mais complexa” (Furtado, 1962, p.114)

Neste contexto, a ideologia industrialista contida na fase de esperança de Celso Furtado ganhara respaldo de todas as classes sociais, porque a própria industrialização prometia melhorias de vida para toda a população brasileira, de forma a minimizar as disparidades sociais do país. Assim os interesses específicos da burguesia industrial tonavam-se imperativos ideológicos de toda a nação. O Brasil vivia um momento de esperança. Entre 1930 e 1960, a economia brasileira cresceu e se modernizou. O desenvolvimentismo encontrava simpatia em todas as camadas sociais. Este momento na obra de Furtado tem relação íntima com o próprio momento vivido pelo país. Havia certo consenso político e

econômico na centralidade e na esperança de que era possível se desenvolver. Portanto, era uma fase de certa prosperidade, onde a esperança contagiava o espírito de todos.

Existem diversas interpretações a respeito da industrialização brasileira e não é objetivo deste trabalho se estender neste vasto e importante debate⁸. No que se refere a Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, o autor aponta a crise de 1929 como um *choque adverso* na economia brasileira, que conduziu e iniciou o processo de industrialização através da substituição de importações. Tal processo se completaria a partir da década de 1950, com o segundo governo Vargas e o processo de implementação da indústria pesada no país, além do governo JK e o Plano de Metas⁹.

A economia brasileira se industrializou, conseguiu certo grau de articulação entre os setores, altos níveis de produtividade, porém, não conseguiu espelhar os níveis de vida dos países centrais, não conseguiu distribuir os frutos da industrialização, em suma, não foi capaz de superar o subdesenvolvimento. Este é o ponto de inflexão teórica em que todo esforço intelectual de Furtado será voltado para responder a grande incógnita deixada na frustração dos desenvolvimentistas: Por que a industrialização brasileira não foi capaz de superar o atraso e a pobreza?

A tentativa de resposta/solução deste enigma seria uma constante nas dezenas de artigos e livros escritos por Furtado a partir dos anos 70. A idéia norteadora consistia sempre em explicar como as economias que agora saíram da velha divisão internacional do trabalho, ou seja, agora além de serem apenas produtores de matérias-prima, tornaram-se produtores de manufaturas, não conseguiram desenvolver-se.

O argumento ficaria sintetizado no livro *Brasil: a construção interrompida* (1992), obra que fará uma releitura da industrialização periférica e suas problemáticas. Entender a mutação propositiva que sofrera o argumento da industrialização, ou seja, de esperança dos

⁸ Ver Suzigan, Wilson. “Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento”, São Paulo: Editora Hucitec: Editora da Unicamp, 2000.

⁹ Sobre este tema ver Tavares, Maria da Conceição. “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”, Rio de Janeiro: Zahar, 1973; Ianni, Octávio. “Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; Draibe, Sonia. “Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960”, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985; Fonseca, Pedro Cezar Dutra. “Vargas: o capitalismo em construção”. São Paulo: Brasiliense, 1999 e Lessa, Carlos, “Quinze anos de política econômica”, São Paulo: Brasiliense, 1975.

desenvolvimentistas à vilã do próprio subdesenvolvimento, se dá mediante a comparação entre as diferentes formas de adaptação da estrutura produtiva ao novo padrão tecnológico, nos países centrais e periféricos.

A retomada da teoria da dependência de Prebisch, principalmente nos termos “centro-periferia” é feita de maneira consciente na obra. Furtado recorre à própria definição do capitalismo para ilustrar a problemática, para Prebisch o capitalismo seria caracterizado pelos processos de difusão de progresso técnico, difusão irregular comandada pelos interesses das economias criadoras das inovações técnicas (Furtado, 1992). O intuito era entender como o progresso técnico, enquanto vetor intrínseco da industrialização, fora incorporado às condições de aumento de produtividade, distribuição dinâmica da renda e acumulação de capital (tripé do desenvolvimento econômico clássico) na periferia e nas economias do centro.

Tal difusão irregular, que Prebisch citara, encontrava-se na observação das diferentes formas de concepção do próprio progresso técnico. Na primeira, o progresso técnico consiste no incremento de processos produtivos mais eficazes, inovações técnicas medidas, em geral, pelo aumento da produtividade do trabalho; a segunda forma pode ser observada por meio de novos produtos acrescentados a cesta de consumo de alguma parcela da população. Em outras palavras, o progresso técnico pode ser observado de forma ativa (criando inovações tecnológicas), ou então meramente passiva (incrementando o padrão de consumo com novos produtos).

Nas economias centrais as duas formas de observação do progresso técnico estão associadas. Do ponto de vista social, esses novos processos produtivos, enquanto geradores de renda combinam-se com uma estrutura distributiva abrangente, permitindo acesso aos frutos do aumento de produtividade à população. Do ponto de vista econômico, a dinâmica da economia se faz de maneira endógena, pois, o progresso técnico só é concebido, visto que existe uma acumulação prévia de capital, permitindo legitimação para a criação do mesmo. Isso implica dizer que, nesses países nenhuma influência externa atua como condicionante do perfil da demanda. Em suma, nos países centrais o progresso técnico atuou de forma ativa, porque cooptou, ou mesmo fora cooptado, às estruturas econômicas e sociais preexistentes.

Entretanto, nas economias periféricas o progresso técnico será observado única e exclusivamente no incremento de novos produtos, não dependendo de mudanças nas estruturas econômicas ou sociais. É o caso do Brasil que nos fins do século XIX. Nesse

período, dois produtos primários produzidos no território nacional – café e borracha – sofreram alta valorização no mercado internacional, proporcionando altas taxas de lucro para a classe produtora destes gêneros. Este aumento de renda, de certa classe de proprietários, possibilitou que os mesmos, incorporassem ao seu padrão de consumo novos produtos e serviços, que além de já possuírem dado progresso tecnológico, eram produzidos pelos países centrais. (Saes, 2005)

Assim, sem as devidas mudanças estruturais que tanto necessitava a industrialização periférica e, por conseguinte, o próprio progresso técnico, parcelas da população passaram a ostentar padrões de consumo dos países centrais, naquilo que o próprio Furtado denominou de “modernização” (Furtado, 1974). Esta é a síntese para interpretação da armadilha histórica do subdesenvolvimento (título do segundo capítulo do livro *Brasil: a construção interrompida*), que passaram as economias ao industrializar-se. Nas palavras de Furtado:

“(...) A adoção de padrões de consumo imitados de sociedades de níveis de riqueza muito superiores torna inevitável o dualismo social. (...) Mas a pressão dos custos de forma de consumo cada vez mais sofisticado e as exigências de capital de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra reforçam os fatores que operam no sentido de concentrar a renda. Daí que a industrialização nas condições de subdesenvolvimento, mesmo ali onde ela permitiu um forte e prolongado aumento de produtividade, tenha contribuído nada ou quase nada para reduzir a heterogeneidade social”. (Furtado, 1992: 44-45)

Neste segundo momento o subdesenvolvimento figura-se como o fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, ou então na desarticulação entre a acumulação nas forças produtivas e os objetivos do consumo. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e a forma de difusão da tecnologia moderna. (Furtado, 2003)

Nos moldes desta exposição, o salto teórico que sofrera a concepção do subdesenvolvimento na obra de Furtado, se faz mediante a constatação de que o aumento de produtividade está longe de ser condição suficiente para que se produza o verdadeiro desenvolvimento, aquele que conduza à homogeneidade social¹⁰. O problema que era visto como a baixa produtividade/interação dos setores passou a ser difusão da tecnologia moderna.

¹⁰ O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros da sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais (FURTADO, 1992)

Mas, mesmo neste segundo momento, será o problema da difusão da tecnologia (aspecto tipicamente econômico) o determinante da reiteração do subdesenvolvimento?

A resposta para esta pergunta constitui exatamente o que denominamos como o terceiro momento da evolução linear da teoria do subdesenvolvimento. A adoção de critérios econômicos *strictu sensus* na interpretação do subdesenvolvimento nos dois primeiros momentos da obra de Furtado, deixam claro a influencia cepalina sobre a problemática. Porém, a partir dos anos 80 e principalmente na fase derradeira de sua vida, do ponto de vista teórico, constatamos que o terceiro momento constitui a cisão/superação da teoria do subdesenvolvimento de Furtado à Cepal. Tal constatação fica clara nas palavras do próprio Furtado, em uma entrevista concedida para o IBGE em 2003:

“Hoje em dia, ela [a teoria do subdesenvolvimento] está evidente: todos percebemos que um país pode crescer muito, como o Brasil cresceu, e continuar subdesenvolvido. Por que o Brasil não reduziu o subdesenvolvimento, se o seu PIB cresceu 100 vezes no Século XX? Durante muitos anos trabalhei nesse tema, e só cheguei a perceber o âmaglo da questão quando introduzi o aspecto cultural.”

A adoção do aspecto cultural na obra não se limita ao incremento de novos produtos à cesta de consumo de uma parte da população, é claro que tal incorporação reflete a dependência cultural da “periferia”, porém, tal constatação refere-se a um ponto singular dentro da complexidade do referido aspecto cultural. A forma de legitimação do sistema de poder, de dominação social, são dois aspectos moldados na adaptação cultural. Nas palavras de Furtado:

“Destarte, a acumulação assume as formas mais variadas nas distintas culturas. Ela é o cimento da estratificação social e de legitimação do sistema de poder, por um lado, e, por outro, é o vetor do progresso das técnicas. Que ela se oriente de preferência nesta ou naquela direção, é um problema que transcende a temática das teorias do desenvolvimento e invade o estudo comparativo das culturas (...)” (Furtado, 1989:14).

Ou então ainda mais enfático:

“A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução no sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica a

desarticulação dos sistemas de valores preexistentes na sociedade receptora das novas técnicas.

A reflexão sobre o “desenvolvimento econômico” tem-se concentrado no estudo do processo acumulativo ao nível das forças produtivas. Ora, por trás dos indicadores quantitativos, que preocupam o economista, desdobra-se o vasto processo histórico de difusão da civilização industrial: a adoção por todos os povos da terra do que convencionou-se chamar de “padrões de modernidade”, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lidam.”(Furtado, 1989:13)

Neste terceiro momento o subdesenvolvimento, só pode ser descrito quando se analisa as dimensões econômicas e culturais em conjunto. Essa visão, extremamente sofisticada, permite uma idéia mais complexa sobre a dinâmica da consolidação e perpetuação do subdesenvolvimento. Por outro lado, trata-se de uma ruptura com a influência cepalina encontrada nos dois primeiros momentos, pois, incorporar a análise social e principalmente cultural na teoria do subdesenvolvimento é nadar contra a maré dos argumentos dos economistas. Mais do que isto, entender economia de uma maneira complexa, onde as relações sócias, políticas e culturais são elementos determinantes na dinâmica geral, é ampliar o foco de interpretação da temática, para só assim, compreender elementos que a economia “dura” se nega a explicar.

Neste aspecto, Furtado incorpora o fenômeno da globalização como a problemática central para a explicação do atual subdesenvolvimento. 1) Do ponto de vista cultural, a disseminação dos valores universais, feitas por este fenômeno, cada vez mais incapacitam a retomada de construção de uma identidade nacional da população. Paulatinamente, os traços tão característicos da cultura brasileira perdem legitimidade com a construção de uma cultura transnacional; 2) Do ponto de vista econômico e social, a lógica das empresas multinacionais respaldam toda dinâmica econômica de desenvolvimento, e por outro lado, a crescente instalação destas reforçam a modernização das elites, que demandam frequentemente frutos das inovações geradas nas matrizes para renovar os padrões de consumo. O argumento encontra-se explícito no artigo escrito em 1999, Brasil: opções futuras:

“O que existe de novo na globalização atual é que ela se faz pela desestruturação dos sistemas produtivos existentes em benefício das grandes empresas que planejam seus investimentos em escala internacional (...) a globalização constitui um *imperativo tecnológico* inescapável, que levará

todas as economias a um processo de unificação de decisões estratégicas, teremos de admitir que é reduzido o espaço de manobra que nos resta.

O Brasil é um país marcado por profundas disparidades sociais superpostas a desigualdades regionais de níveis de desenvolvimento, portanto frágil em um mundo dominado por empresas transnacionais que tiram partido dessas desigualdades.

A globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Isso nos leva a concluir que países com grande potencial de recursos naturais e acentuadas disparidades sociais — como o Brasil — são os que mais sofrerão com a globalização” (Furtado, 1999:7)

Em suma, a lógica da globalização permite a permanência do subdesenvolvimento porque se prende exogenamente todas as esferas da economia, criando-se não mais uma dependência superficial, única, mas uma dependência congênita envolvendo todas as relações: econômica, social e cultural, de modo a incapacitar qualquer forma de emancipação, ou mesmo, inviabilizando qualquer tentativa de construção de um projeto de desenvolvimento nacional. Tal constatação conduziria a certa desilusão encontrada nos últimos artigos escritos por Furtado. Em o Novo Brasil, escrito em 2002, Furtado afirma:

“Estamos longe, pois, do verdadeiro desenvolvimento, que só ocorre quando beneficia o conjunto da sociedade. Superar as barreiras do subdesenvolvimento requer criatividade política, impulsionada pela vontade coletiva. E esta supõe um reencontro das lideranças com os valores permanentes de nossa cultura” (Furtado, 2002:3)

Ou ainda em uma entrevista concedida à *Revista de Economia da Mackenzie*:

“Na época em que escrevi meus primeiros livros, ser pessimista era uma bobagem, ou sinal de cegueira, pois era tão evidente que o Brasil crescia, e tinha potencialidades enormes! Imagino que, para quem presenciou aqueles anos e hoje vê a situação do nosso país, deve ser muito duro.”

A forma como se pensou o Brasil ao longo de todos os escritos de Furtado conduziu inexoravelmente à sua desilusão. Outra questão que não se pode perder de vista foi que, a partir de meados da década de 80, o próprio argumento desenvolvimentista latino-americano entrou em declínio no debate sobre o desenvolvimento econômico. A influência do Consenso de Washington (1989) e a emergência do neoliberalismo representam, antes de tudo, a derrota do desenvolvimentismo, de uma geração que, incansavelmente, buscou construir um projeto de desenvolvimento econômico nacional auto-sustentado. As freqüentes discussões

econômicas sempre direcionadas aos argumentos de desregulamentação econômica, privatizações e Estado mínimo, marcam a extrema dificuldade da economia brasileira de se emancipar sócio, econômico e culturalmente. Os argumentos de Furtado nunca foram tão deixados de lado. Mas não será o momento de refletirmos sobre o caminho em que o atual modelo de desenvolvimento econômico está nos levando?

O legado deixado por Celso Furtado não pode ficar apenas na memória, nós, enquanto agentes ativos da construção da história, devemos retomar o debate sobre o desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas

Bielschowsky, Ricardo. “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento”. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Bresser-Pereira, L. C. & Rego, J.M. (orgs.) “A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos”. São Paulo: Editora 34, 2001.

Draibe, Sonia. “Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960”, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

Furtado, Celso. “A ‘invenção’ do subdesenvolvimento”. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 15, 2, 1995. pp. 5-9.

_____. “A pré-revolução brasileira”. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. “Raízes do subdesenvolvimento”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “A superação do subdesenvolvimento”. *Economia e sociedade*. no 3. Campinas,

_____. “Brasil: a construção interrompida”, São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. “Brasil: opções futuras”. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 3, 2, 1999 pp. 9-15.

_____. “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII”, São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2000.

_____. “E agora Brasil?” Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, Nov. 1999

_____. “Estado e empresas transnacionais na indústria periférica”. *Revista de economia política*. São Paulo, v. 1, 1, 1981. pp. 41-49

_____. “Entre inconformismo e reformismo”. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 9, 4 (36), 1989. pp. 6-28. *Estudos Avançados* (1990). São Paulo, v. 4, 8, pp. 166-187.

_____. “Formação econômica do Brasil”. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. “O mito do desenvolvimento econômico”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. “Os desafios da nova geração” *Revista de Economia Política* São Paulo, v. 24, 4 (96), 2004. pp. 483-86.

_____. “O Novo Brasil”. *Revista Carta Capital*. Ano IX, numero 221, 2002.

_____. “O fator político na formação nacional”. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 14, 40, 2000. pp. 7-12.

_____. “Raízes do subdesenvolvimento”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Fonseca, Pedro Cezar Dutra. “Vargas: o capitalismo em construção”. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Ianni, Octávio. “Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Lessa, Carlos, “Quinze anos de política econômica”, São Paulo: Brasiliense, 1975.

Mantega, Guido. “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”. *Revista de Economia Política* (out-dez 1989). São Paulo, v. 9, 4 (36), pp. 29-37.

Mendes, C. C. & Mendes e Teixeira, J. R. “Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado”. IPEA texto para discussão n. 1051, 2004.

Oliveira, Francisco de. “A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado”. São Paulo: Boitempo, 2003.

Ricardo, David. “Princípios de economia política e tributação”. (Os Economistas), São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Rostow, Walt W. “Stages of Economic Growth”. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

Saes, Flávio. “Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado”, Seminário sobre Celso Furtado realizado na UNESP-Marília em outubro de 2005.

Suzigan, Wilson. “Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento”, São Paulo: Editora Hucitec: Editora da Unicamp, 2000.

Tavares, M. C. (org.) “Celso Furtado e o Brasil”. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo: 2000.

Tavares, Maria da Conceição. “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”, Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Entrevistas

Entrevista com Celso Furtado. Rosa Maria Vieira. *História Oral*. São Paulo, nº 7, junho 2004, pp 21-40.

Falando sobre a atual situação econômica mundial da América do Sul e do Brasil – Entrevista com Celso Furtado. *Revista de Economia Mackenzie*. São Paulo, ano 2, nº 2, 2004, pp.13-28.

O Brasil do século XX: Entrevista com Celso Furtado. *Estatísticas do século* (2003). Rio de Janeiro: IBGE. Entrevista a Eduardo Pereira Nunes: pp. 11-24.